



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006993-08.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Monitória - Cheque**  
 Requerente: **Personal Comércio de Produtos Eletrônicos e Automotivos Ltda - EPP**  
 Requerido: **ANTONIO MENEGUINE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

PERSONAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS E AUTOMOTIVOS LTDA - EPP, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de ANTONIO MENEGUINE, também qualificada, alegando seja credora da ré na importância de R\$ 2.127,42, representadas pelos cheques emitidos pelo réu em razão da venda de produtos e serviços, sendo eles o cheque nº SA-000006 no valor de R\$ 1.166,00 emitido em 25/6/2011, o cheque nº SA-000007 no valor de R\$ 1.166,00 emitido em 25/7/2011, e o cheque nº SA-000008 R\$ no valor de 1.166,00 emitido em 25/8/2011, valor pelo qual requereu a expedição de mandado de pagamento, do qual, intimado, o réu não se manifestou nem opôs embargos, convertendo-se aquele mandado, portanto, em título executivo judicial, no qual o réu se viu condenado a pagar à autora a importância de R\$ 2.127,42, decisão que transitou em julgado e da qual o réu/devedor foi intimado para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

O réu, então, opôs exceção de pré-executividade, alegando ser parte ilegítima para responder à presente ação na medida em que os cheques foram dados em garantia a uma transação comercial de equipamentos, entabulado entre seu filho e o autor, no qual o primeiro teria adquirido do autor equipamentos eletrônicos de som automotivo, negócio garantido por (03) cheques, e como seu filho não possuía conta bancária, houve por bem em lhe emprestar as cartões, e porque quando da entrega das mercadorias o autor se negou a entregar as notas fiscais, seu filho cancelou a compra, reclamando a devolução das cartões, o que teria sido negado pelo autor, que acabou por apresentar os cheques, agindo de má-fé, à vista do que requereu o acolhimento da exceção para a extinção da execução, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil.

O autor respondeu à exceção sustentando que esse tipo de expediente processual deverá reservar-se à arguição de matérias que poderiam ser analisadas de ofício pelo Juízo, do que não seria o caso, porquanto pretenda aqui o réu atacar o próprio mérito da demanda, na dependência de dilação probatória, incabível, firmando-se em alegações que deveriam ter sido feitas em sede de embargos monitórios, no prazo legal, já decorreu *in albis*, de modo a concluir pela sua improcedência.

É o relatório.

Decido.

O executado/excipientes não é parte ilegítima pois os cheques foram emitidos por ele, conforme ele próprio admite.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Depois, cumpre considerar que “... o cheque é uma ordem de pagamento à vista e o apelante não nega sua emissão, portanto, sem qualquer valor a declaração que o cheque fôra dado em garantia de pagamento, porque tal forma não é prevista na legislação que rege a matéria” <sup>1</sup>.

Rejeito, portanto, a preliminar.

No mérito, como bem destacado pela credora/excepta, cumprirá considerar que o âmbito de admissibilidade da exceção está limitada “à temática, que somente poderá dizer respeito à matéria suscetível de conhecimento de ofício ou à nulidade do título, que seja evidente e flagrante, isto é, nulidade cujo conhecimento independa de contraditório ou dilação probatória (AI n. 755.934-0 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil – v. u. - ARY BAUER, Relator <sup>2</sup>).

A discussão do negócio causal não é, portanto, de ser admitida em sede de exceção de pré-executividade.

Fica registrado que, de fato, segundo entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, “é descabida a condenação do excipiente em honorários advocatícios quando rejeitada exceção de pré-executividade. Precedente do TJRS e STJ” (cf. AI. nº 70056048820 - 22ª Câmara Cível TJRS - 16/08/2013 <sup>3</sup>).

No mesmo sentido o Superior Tribunal de Justiça: “esta Corte firmou o entendimento de não serem devidos honorários advocatícios na exceção de pré-executividade julgada improcedente” (cf. EREsp 1185024 / MG – Corte Especial STJ – 09/06/2013 <sup>4</sup>).

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a exceção de pré-executividade oposta por ANTONIO MENEGUINE contra PERSONAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS E AUTOMOTIVOS LTDA - EPP, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 29 de maio de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> JTACSP, Vol. 155, p. 97;

<sup>2</sup> JTACSP - Volume 169 - Página 25.

<sup>3</sup> www.esaj.tjrs.jus.br/busca.

<sup>4</sup> www.stj.jus.br/SCON.